

**LEI N.º. 2.206 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.005.**

**“DISPÕE SOBRE DOAÇÃO COM ENCARGOS DE TERRENO URBANO DA MUNICIPALIDADE A MARIDALVA MAGALHÃES RIBEIRO, PORTADORA DO CPF N.º 061.324.558-09 E RG. N.º 15.325.369-1, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

*ANTONIO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:-*

***Artigo 1º** - Fica a Prefeitura Municipal de Parapuã, autorizada a fazer a doação com encargos de um terreno urbano, com área de 686,25 M<sup>2</sup>, matriculada sob n.º 14.011, de propriedade do município, a **MARIDALVA MAGALHÃES RIBEIRO**, Portadora do CPF N.º 061.324.558-09 e RG. N.º 15.325.369-1, cuja área destinar-se-á a construção de um prédio para instalação e funcionamento de metalúrgica e zincagem com 360,09 M<sup>2</sup>.*

***Parágrafo Único:-** A área do terreno de que trata este artigo foi avaliada em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), cujo memorial descritivo anexo fica fazendo parte integrante desta Lei, contendo as seguintes medidas e confrontações: Na frente 30,00 metros com a Vicinal Prefeito José Morales Agudo, de um lado do lado direito de quem olha de frente para o terreno 21,75 metros com área de Ramon Equipamentos, do outro lado do lado esquerdo de quem olha de frente para o terreno 24,00 metros com área concedida a Lucilene Conceição Prado e finalmente aos fundos 30,00 metros com área da FEPASA, totalizando a área de concessão de 686,25 M<sup>2</sup>.*

***Artigo 2º** - A donatária terá o prazo de 01 (um) ano, a partir da publicação da Lei Municipal autorizadora da doação da área, para conclusão da obra, instalação e funcionamento no empreendimento mencionado no “caput” do artigo 1º, não podendo ser alterada a atividade no mesmo prazo de que trata o artigo 4º.*

***Parágrafo Único :-** Caso ocorra o não cumprimento do prazo previsto no “caput” deste artigo, o imóvel será revertido administração doadora ficando a critério do Legislativo, mediante provocação da interessada, a concessão e fixação de novo prazo.*

***Artigo 3º** - A lavratura da escritura definitiva de doação somente será outorgada ao donatário quando do início das atividades previstas nesta lei.*

***Artigo 4º** - Da escritura de doação deverá constar cláusula expressa de que a donatária poderá alienar por atos “Inter-Vivos” e transferir mediante sucessão legítima ou testamentária, inclusive admitir hipoteca e qualquer outro gravame, sempre salvaguardando o prazo mínimo de 05 (cinco) anos de funcionamento das atividades sob pena de reversão ao Patrimônio Municipal.*

**LEI N.º. 2.206 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.005.**

*Artigo 5º - No caso de reversão do imóvel para a municipalidade não será devida qualquer tipo de indenização para a donatária, bem como eventuais construções e/ou benfeitorias que não puderem ser retiradas ou desmanchadas pela interessada e às suas expensas, serão incorporadas à área.*

*Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*Prefeitura Municipal de Parapuã, 15 de fevereiro de 2.005.*

**ANTONIO ALVES DA SILVA**  
*Prefeito Municipal Parapuã*

*Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.*

**NADELSON PEDRO DO ESPÍRITO SANTO**  
*Chefe de Seção de Expediente*